

HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO

ID: 2148

DOI: <https://doi.org/10.69518/2148>

Nome do artigo: Extrafiscalidade e controle externo: perspectiva dos referenciais do TCU e caso do TCE/CE

Data de submissão: 15/7/2024

Data de publicação: 13/10/2026

Editora responsável: Alessandra Caballero Brügger Freitas (editora-executiva)

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Este artigo foi analisado segundo os procedimentos vigentes à época de sua submissão. Os instrumentos reproduzidos no histórico correspondem aos modelos utilizados naquele período e diferem dos formulários atualmente adotados pela Revista, que são estruturados em eixos temáticos e orientados prioritariamente à análise qualitativa do mérito científico do manuscrito. A verificação dos aspectos formais e editoriais é realizada previamente pela editoria executiva.

O conteúdo do histórico de avaliação reproduz integralmente os relatórios dos avaliadores e as respostas dos autores registrados na plataforma OJS. A redação original dos textos foi preservada, ressalvadas apenas as intervenções necessárias para adequação às condições de publicação.

Além disso, o artigo tramitou durante o período de reestruturação editorial do periódico, o que contribuiu para um prazo de avaliação superior ao previsto na sistemática atual. Com o novo fluxo de trabalho, a Revista busca alcançar prazo médio de seis a oito meses entre a submissão e a publicação do trabalho aprovado.

PARECERISTA A

Avaliação – 30/12/2024

AVALIAÇÃO DE ARTIGO

Nome do artigo: A Percepção da Extrafiscalidade como Política Pública e as Contribuições dos Tribunais de Contas para o seu Controle

Critérios:

	1	2	3	4	5
Temática relevante para a Revista, atual e oportuna				X	
Título adequado				X	
Resumo adequado				X	
Introdução adequada				X	
Objetivos claros e bem definidos				X	
Abordagem metodológica adequada				X	
Resultados coerentes				X	
Conclusão clara e objetiva			X		
Bibliografia representativa, atual e abrangente				X	
Redação clara e correta e texto bem estruturado				X	

Escala: 1 discordo - 5 concordo.

Recomendações para o autor:

Quanto ao conteúdo (argumento, desenvolvimento, metodologia, conclusão, etc.)

Na seção introdutória, o(s) autor(es) apresentam três questionamentos como sendo o problema de pesquisa: *como a extrafiscalidade tem sido compreendida e usada pelo governo brasileiro como ferramenta propulsora de políticas públicas? Quais os instrumentos de controle desses mecanismos extrafiscais? E como os tribunais de contas têm contribuído na concretização dessas medidas de controle e, conseqüentemente, no aperfeiçoamento desse tipo de política pública?*

É importante que na seção “Considerações Finais” conste, em parágrafos distintos, as respostas para cada um desses três questionamentos de maneira clara e detalhada.

Quanto à forma (estrutura, linguagem, legibilidade, etc.)

Parecer:

☐ **APROVAR** publicação ☐ **RESSUBMETER** após revisão do autor ☐ **RECUSAR** publicação

RESPOSTA DA AUTORA AO PARECERISTA A

Carta resposta – 10/3/2025

Avaliação 1

Na seção introdutória, o(s) autor(es) apresentam três questionamentos como sendo o problema de pesquisa: *como a extrafiscalidade tem sido compreendida e usada pelo governo brasileiro como ferramenta propulsora de políticas públicas? Quais os instrumentos de controle desses mecanismos extrafiscais? E como os tribunais de contas têm contribuído na concretização dessas medidas de controle e, conseqüentemente, no aperfeiçoamento desse tipo de política pública?*

É importante que na seção “Considerações Finais” conste, em parágrafos distintos, as respostas para cada um desses três questionamentos de maneira clara e detalhada. (OK)

PARECER APÓS RESSUBMISSÃO

Avaliação – 3/11/2025

Quanto ao primeiro parecer

O(s) autor(es) do artigo atendeu(ram) a todas as orientações? *

Sim

Parecer final

O artigo deve ser aprovado ou rejeitado? *

Aprovado

Observações direcionadas à equipe da RTCU, se houver.

.

PARECERISTA B

Avaliação – 13/1/2025

AVALIAÇÃO DE ARTIGO

Nome do artigo: A Percepção da extrafiscalidade como política pública e as contribuições dos Tribunais de Contas para o seu controle

Critérios:

	1	2	3	4	5
Temática relevante para a Revista, atual e oportuna		X			
Título adequado				X	
Resumo adequado			X		
Introdução adequada			X		
Objetivos claros e bem definidos			X		
Abordagem metodológica adequada	X				
Resultados coerentes			X		
Conclusão clara e objetiva			X		
Bibliografia representativa, atual e abrangente		X			
Redação clara e correta e texto bem estruturado			X		

Escala: 1 discordo - 5 concordo.

Recomendações para o autor:

Quanto ao conteúdo (argumento, desenvolvimento, metodologia, conclusão, etc.)

O artigo tem sua gênese a partir de uma auditoria do Tribunal de Contas do Ceará (TCE/CE), apesar do tema ter relevância para a Revista por envolver políticas públicas, auditoria e renúncia de receitas, a transformação da auditoria (técnico) em artigo, não trouxe a maturidade adequada das publicações da Revista do TCU. A transformação de trabalhos técnicos de auditoria em artigo exige dos autores um esforço de lapidação para retirar o tom de auditoria e ofertar uma linguagem mais apropriada a artigos científicos, o que não aconteceu. O artigo não possui metodologia, apenas cita no Resumo “O estudo foi embasado em investigação bibliográfica, de natureza básica e abordagem qualitativa, sendo o problema descritivo”, e no final da introdução menciona “A metodologia empregada, limitou-se à investigação bibliográfica, de natureza básica e abordagem qualitativa...”. As referências apresentadas demonstram que os autores tiveram acesso as referências bibliográficas, inclusive, colocam a paginação, no entanto, apresentam os autores pelo nome completo o que diferencia da citação habitual de artigo científico, pelo último nome e data da publicação. Aliomar Baleeiro (2012., p. 231), Alfredo Augusto Becker (2010, p. 629-630), Roque Antonio Carrazza (2019, p. 765-766), Paulo de Barros Carvalho (2019, p. 260-262), José Casalta Nabais (2015. p. 629), Hugo de Brito Machado (2015, p. 64) e Hugo de Brito Machado Segundo (2018, p. 647) etc.

Quanto à forma (estrutura, linguagem, legibilidade, etc.)

O texto do artigo apresenta uma linguagem incomum em artigos: albergados, concatenada, hodiernos, quiçá, lapidado, ressignificado, coaduna, pragmático, introito etc. O termo “através” é utilizado 10 vezes no artigo, geralmente, “através” é mais utilizado para se referir a um meio ou caminho por onde algo passou ou transpassou, enquanto “por meio de” é mais utilizado para se referir a um instrumento, meio ou recurso que foi utilizado para a realização de algo. O texto apresenta o uso contínuo do verbo no gerúndio, o que torna a linguagem menos objetiva e direta, cria um efeito de continuidade desnecessária, enfraquece a força da ação, pode gerar ambiguidade, além de quebra do paralelismo. Consiste em um vício de linguagem, modismo vocabular. Foi usado: evoluindo, ligando, tornando, finalizando-se, tendo, exercendo, passando,

desvincilhando, examinando, havendo, objetivando, arrematando, alertando, destacando-se, servindo, almejando, ganhando, devendo etc.

O artigo está repleto de citações diretas (8), inclusive, duas transcrições do Referencial de Controle de Políticas Públicas – RCPP do TCU, uma de 24 linhas e outra com 43 linhas, o que empobrece o artigo, e, reflete na imaturidade do artigo.

Parecer:

☐ **APROVAR** publicação

☐ **RESSUBMETER** após
revisão do autor

☒ **RECUSAR**
publicação

RESPOSTA DA AUTORA AO PARECERISTA B

Carta resposta – 10/3/2025

Avaliação 2

O artigo tem sua gênese a partir de uma auditoria do Tribunal de Contas do Ceará (TCE/CE), apesar do tema ter relevância para a Revista por envolver políticas públicas, auditoria e renúncia de receitas, a transformação da auditoria (técnico) em artigo, não trouxe a maturidade adequada das publicações da Revista do TCU. A transformação de trabalhos técnicos de auditoria em artigo exige dos autores um esforço de lapidação para retirar o tom de auditoria e ofertar uma linguagem mais apropriada a artigos científicos, o que não aconteceu. (OK)

O artigo não possui metodologia, apenas cita no Resumo “O estudo foi embasado em investigação bibliográfica, de natureza básica e abordagem qualitativa, sendo o problema descritivo”, e no final da introdução menciona “A metodologia empregada, limitou-se à investigação bibliográfica, de natureza básica e abordagem qualitativa...”. (OK)

As referências apresentadas demonstram que os autores tiveram acesso as referências bibliográficas, inclusive, colocam a paginação, no entanto, apresentam os autores pelo nome completo o que diferencia da citação habitual de artigo científico, pelo último nome e data da publicação. Aliomar Baleeiro (2012., p. 231), Alfredo Augusto Becker (2010, p. 629-630), Roque Antonio Carrazza (2019, p. 765-766), Paulo de Barros Carvalho (2019, p. 260-262), José Casalta Nabais (2015. p. 629), Hugo de Brito Machado (2015, p. 64) e Hugo de Brito Machado Segundo (2018, p. 647) etc. (OK)

O texto do artigo apresenta uma linguagem incomum em artigos: albergados, concatenada, hodiernos, quicá, lapidado, ressignificado, coaduna, pragmático, introito etc. (OK)

O termo “através” é utilizado 10 vezes no artigo, geralmente, “através” é mais utilizado para se referir a um meio ou caminho por onde algo passou ou transpassou, enquanto “por meio de” é mais utilizado para se referir a um instrumento, meio ou recurso que foi utilizado para a realização de algo. (OK)

O texto apresenta o uso contínuo do verbo no gerúndio, o que torna a linguagem menos objetiva e direta, cria um efeito de continuidade desnecessária, enfraquece a força da ação, pode gerar ambiguidade, além de quebra do paralelismo. Consiste em um vício de linguagem, modismo vocabular. Foi usado: evoluindo, ligando, tornando, finalizando-se, tendo,

exercendo, passando, desvencilhando, examinando, havendo, objetivando, arrematando, alertando, destacando-se, servindo, almejando, ganhando, devendo etc. (OK)

O artigo está repleto de citações diretas (8), inclusive, duas transcrições do Referencial de Controle de Políticas Públicas – RCPP do TCU, uma de 24 linhas e outra com 43 linhas, o que empobrece o artigo, e, reflete na imaturidade do artigo. (OK)

PARECERISTA C

Avaliação – 12/2/2025

Comentários do Avaliador

Para autor e editor

Conferir parecer em anexo.

Apenas para o editor

O trabalho apresenta problemas estruturais que, caso não sejam corrigidos, inviabilizam, em nosso sentir, a publicação. Ademais sugiro uma revisão gramatical prévia à publicação na Revista. Parecer em anexo.

AVALIAÇÃO DE ARTIGO

Nome do artigo: A PERCEPÇÃO DA EXTRAFISCALIDADE COMO POLÍTICA PÚBLICA E AS CONTRIBUIÇÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS PARA O SEU CONTROLE

Critérios:

	1	2	3	4	5
Temática relevante para a Revista, atual e oportuna					x
Título adequado		x			
Resumo adequado				x	
Introdução adequada		x			
Objetivos claros e bem definidos			x		
Abordagem metodológica adequada	x				
Resultados coerentes		x			
Conclusão clara e objetiva			x		
Bibliografia representativa, atual e abrangente		x			
Redação clara e correta e texto bem estruturado			x		

Escala: 1 discordo - 5 concordo.

Recomendações para o autor:

Quanto ao conteúdo (argumento, desenvolvimento, metodologia, conclusão, etc.)

Na introdução, a pesquisa está circunscrita a três problemas: “como a extrafiscalidade tem sido compreendida e usada pelo governo brasileiro como ferramenta propulsora de políticas públicas? Quais os instrumentos de controle desses mecanismos extrafiscais? E como os tribunais de contas têm contribuído na concretização dessas medidas de controle e, conseqüentemente, no aperfeiçoamento desse tipo de política pública?”. Todavia, não indica especificamente a metodologia empreendida para responder aos questionamentos propostos. De modo genérico, afirma que se refere à “investigação bibliográfica, de natureza básica e abordagem qualitativa”, o que pouco explica quanto ao método efetivamente utilizado no desenvolvimento do trabalho. Por exemplo, ao tratar da extrafiscalidade “compreendida” pelo “governo brasileiro”, e de como os tribunais de contas (de forma geral) têm contribuído nesse controle, não indica os meios para obtenção dos dados nem a metodologia de análise (dedutivo, indutivo...). Não justifica porque restringiu a pesquisa ao TCE/CE, como Tribunal representativo dos “tribunais de contas”. Essa inadequação metodológica reflete-se no desenvolvimento do trabalho.

Na primeira seção, em que deveria enfrentar a questão de como a extrafiscalidade tem sido “compreendida e usada pelo governo brasileiro”, como ferramenta propulsora de políticas públicas, cinge-se a fazer uma análise da doutrina na perspectiva jurídica, do que seria a extrafiscalidade e suas formas. Embora a análise nessa perspectiva jurídica tenha sido compatível com a profundidade esperada para um artigo científico, não analisou a extrafiscalidade na dimensão da compreensão e da utilização na perspectiva governamental brasileira – que era a proposta do trabalho –, o que demandaria outro tipo de pesquisa. Ademais, em relação ao rico tema das políticas públicas, pouco aprofunda em sua compreensão – no ponto, sugiro a obra de Maria Paula Dallari Bucci. Essa avaliação mais detida é necessária, porquanto se propõe justamente a tratar da “percepção da extrafiscalidade como política pública”.

Quanto ao segundo problema proposto, enfrentado na segunda seção, pertinente aos instrumentos de controle desses mecanismos extrafiscais, a pesquisa voltou-se primordialmente à perspectiva do controle judicial. Embora o título do trabalho sugira uma avaliação “das contribuições dos tribunais de contas para o seu controle”, não avançou na avaliação na perspectiva do controle externo. Não examinou os instrumentos jurídicos ao alcance dessas Cortes para a efetivação desse tipo de controle, pautando-se na pesquisa de apenas uma obra (Lolli, 2022, p. 58), que não aborda com profundidade a questão. Adiante, na seção 4, aborda um pouco mais a questão, basicamente à luz de dados colhidos no site do TCU, desconsiderando a vasta doutrina que trata das funções desempenhadas pelos Tribunais de Contas no Brasil. Neste ponto, é necessário um maior aprofundamento.

Outro problema da pesquisa, proposto na introdução, consiste em avaliar como os tribunais de contas têm contribuído na concretização de medidas de controle da extrafiscalidade e, conseqüentemente, no aperfeiçoamento desse tipo de política pública. Todavia, a análise empreendida está circunscrita apenas aos referenciais do TCU e ao caso do Estado do Ceará. Desta forma, a metodologia empregada e os achados não abrangem a amplitude sugerida no problema proposto, devendo ocorrer o ajuste com a delimitação do objeto. A rigor, trata-se de um estudo de caso, restrito ao âmbito do TCU e do TCE/CE, devendo haver a indicação disso no título do trabalho.

Por fim, na conclusão, afirma-se que “apesar de considerável avanço na legislação, no planejamento público, no acesso à informação e no controle realizado pelos órgãos dessa natureza, na prática, a evolução tem sido lenta e seus frutos aparecerão a longo prazo”. É questionável poder adotar tal afirmação genérica a partir da pesquisa restrita aos

referenciais do TCU (sem exame acerca da atuação concreta da Corte nessa seara) e a uma atuação específica ocorrida no Ceará, sem qualquer análise empreendida nas demais Cortes de Contas – ao todo, o país têm 33 Tribunais de Contas.

Quanto à forma (estrutura, linguagem, legibilidade, etc.)

Sugiro revisão gramatical em todo o texto. Cito alguns exemplos, de forma NÃO exaustiva: ausência de crase no resumo (“chegando-se à conclusão”); corrigir terceiro parágrafo da introdução (“está **ligado** às finanças”); a conjugação verbal nas considerações finais, no quinto parágrafo, (“Esse controle... **pode** exigir uma conduta mais justa...”); conclusão (“...no que pertine **às** renúncias das receitas estaduais **cearenses**”); conclusão (“o controle dos tribunais de contas **está** em andamento”); seção 4 (“o que tem **gerado** a necessidade”); seção 4 (“Daí surgem os questionamentos que **permeiam** toda a...”. Além disso, recomendo evitar frases muito longas, como nos quatro primeiros parágrafos da introdução, formados, cada um, por uma única frase / período e inúmeras orações, comprometendo a clareza do texto, vício observado também em diversos parágrafos no desenvolvimento e na conclusão.

Parecer:

☐ **APROVAR** publicação

X RESSUBMETER após
revisão do autor

☐ **RECUSAR** publicação

RESPOSTA DA AUTORA AO PARECERISTA C

Carta resposta – 10/3/2025

Avaliação 3

Na introdução, a pesquisa está circunscrita a três problemas: “como a extrafiscalidade tem sido compreendida e usada pelo governo brasileiro como ferramenta propulsora de políticas públicas? Quais os instrumentos de controle desses mecanismos extrafiscais? E como os tribunais de contas têm contribuído na concretização dessas medidas de controle e, consequentemente, no aperfeiçoamento desse tipo de política pública?”. Todavia, não indica especificamente a metodologia empreendida para responder aos questionamentos propostos. De modo genérico, afirma que se refere à “investigação bibliográfica, de natureza básica e abordagem qualitativa”, o que pouco explica quanto ao método efetivamente utilizado no desenvolvimento do trabalho. Por exemplo, ao tratar da extrafiscalidade “compreendida” pelo “governo brasileiro”, e de como os tribunais de contas (de forma geral) têm contribuído nesse controle, não indica os meios para obtenção dos dados nem a metodologia de análise (dedutivo, indutivo...). Não justifica porque restringiu a pesquisa ao TCE/CE, como Tribunal representativo dos “tribunais de contas”. Essa inadequação metodológica reflete-se no desenvolvimento do trabalho. (OK)

Na primeira seção, em que deveria enfrentar a questão de como a extrafiscalidade tem sido “compreendida e usada pelo governo brasileiro”, como ferramenta propulsora de políticas públicas, cinge-se a fazer uma análise da doutrina na perspectiva jurídica, do que seria a extrafiscalidade e suas formas. Embora a análise nessa perspectiva jurídica tenha sido compatível com a profundidade esperada para um artigo científico, não analisou a extrafiscalidade na dimensão da compreensão e da utilização na perspectiva governamental

brasileira – que era a proposta do trabalho –, o que demandaria outro tipo de pesquisa. Ademais, em relação ao rico tema das políticas públicas, pouco aprofunda em sua compreensão – no ponto, sugiro a obra de Maria Paula Dallari Bucci. Essa avaliação mais detida é necessária, porquanto se propõe justamente a tratar da “percepção da extrafiscalidade como política pública”. (OBS: NÃO CONSEGUI ACESSO AOS LIVROS DA AUTORA, POIS ESTÃO ESGOTADOS PARA COMPRA).

Quanto ao segundo problema proposto, enfrentado na segunda seção, pertinente aos instrumentos de controle desses mecanismos extrafiscais, a pesquisa voltou-se primordialmente à perspectiva do controle judicial. Embora o título do trabalho sugira uma avaliação “das contribuições dos tribunais de contas para o seu controle”, não avançou na avaliação na perspectiva do controle externo. Não examinou os instrumentos jurídicos ao alcance dessas Cortes para a efetivação desse tipo de controle, pautando-se na pesquisa de apenas uma obra (Lolli, 2022, p. 58), que não aborda com profundidade a questão. Adiante, na seção 4, aborda um pouco mais a questão, basicamente à luz de dados colhidos no site do TCU, desconsiderando a vasta doutrina que trata das funções desempenhadas pelos Tribunais de Contas no Brasil. Neste ponto, é necessário um maior aprofundamento. (OK)

Outro problema da pesquisa, proposto na introdução, consiste em avaliar como os tribunais de contas têm contribuído na concretização de medidas de controle da extrafiscalidade e, conseqüentemente, no aperfeiçoamento desse tipo de política pública. Todavia, a análise empreendida está circunscrita apenas aos referenciais do TCU e ao caso do Estado do Ceará. Desta forma, a metodologia empregada e os achados não abrangem a amplitude sugerida no problema proposto, devendo ocorrer o ajuste com a delimitação do objeto. A rigor, trata-se de um estudo de caso, restrito ao âmbito do TCU e do TCE/CE, devendo haver a indicação disso no título do trabalho. (OK)

Por fim, na conclusão, afirma-se que “apesar de considerável avanço na legislação, no planejamento público, no acesso à informação e no controle realizado pelos órgãos dessa natureza, na prática, a evolução tem sido lenta e seus frutos aparecerão a longo prazo”. É questionável poder adotar tal afirmação genérica a partir da pesquisa restrita aos referenciais do TCU (sem exame acerca da atuação concreta da Corte nessa seara) e a uma atuação específica ocorrida no Ceará, sem qualquer análise empreendida nas demais Cortes de Contas – ao todo, o país tem 33 Tribunais de Contas. (OK)

Sugiro revisão gramatical em todo o texto. Cito alguns exemplos, de forma NÃO exaustiva: ausência de crase no resumo (“chegando-se à conclusão”); corrigir terceiro parágrafo da introdução (“está **ligado** às finanças”); a conjugação verbal nas considerações finais, no quinto parágrafo, (“Esse controle... **pode** exigir uma conduta mais justa...”); conclusão (“...no que pertine **às** renúncias das receitas estaduais **cearenses**”); conclusão (“o controle dos tribunais de contas **está** em andamento”); seção 4 (“o que tem **gerado** a necessidade”); seção 4 (“Daí surgem os questionamentos que **permeiam** toda a...”. Além disso, recomendo evitar frases muito longas, como nos quatro primeiros parágrafos da introdução, formados, cada um, por uma única frase / período e inúmeras orações, comprometendo a clareza do texto, vício observado também em diversos parágrafos no desenvolvimento e na conclusão. (OK)

PARECER APÓS RESSUBMISSÃO

Avaliação – 18/11/2025

Quanto ao primeiro parecer

O(s) autor(es) do artigo atendeu(ram) a todas as orientações? *

Constata-se que os autores atenderam de forma satisfatória às principais solicitações de modificação. As alterações mais significativas incluem:

1. Criação de seção específica de metodologia com justificativas adequadas
2. Reformulação do título para delimitar claramente o objeto
3. Incorporação substancial de referencial teórico sobre políticas públicas (Maria Paula Dallari Bucci)
4. Aprofundamento da análise sobre controle pelos Tribunais de Contas
5. Contextualização adequada das conclusões
6. Reconhecimento explícito das limitações metodológicas

O artigo demonstra amadurecimento conceitual, rigor metodológico e relevância temática. A discussão sobre extrafiscalidade como instrumento de políticas públicas e o papel dos tribunais de contas no seu controle representa contribuição importante para o campo.

O caso do TCE/CE, embora específico, está adequadamente contextualizado como estudo ilustrativo, e os autores reconhecem as limitações de generalização, sugerindo inclusive estudos futuros comparativos com outros estados.

Parecer final

O artigo deve ser aprovado ou rejeitado? *

Aprovado.

Observações direcionadas à equipe da RTCU, se houver.

EDITORIA EXECUTIVA

Planilha de avaliação preliminar – 30/9/2025

PLANILHA DE AVALIAÇÃO PRELIMINAR PELA EDITORIA EXECUTIVA			
Artigo 2148			
Critérios	Sim	Não	Não se aplica
Quanto à autoria			
1 O(s) autor(es) é(são) servidor(es) do TCU? (Sim, se pelo menos um dos autores for servidor)		x	
Observação, se houver			
2 O(s) autor(es) preencheu(ram) a(s) biografia(s) no OJS e informou(aram), respectivamente, minicurrículo, link para o currículo Lattes, link para o registro no Orcid e endereço de e-mail? (Não, se pelo menos um dos autores não tiver informado)	x		
Observação, se houver			
3 O(s) autor(es) possui(em) a titulação mínima exigida pela Revista – mestre? Admite-se autoria de mestrando, desde que em coautoria com um mestre ou um doutor (Não, se pelo menos um dos autores não possuir a titulação mínima)	x		
CRITÉRIO DE REJEIÇÃO DA SUBMISSÃO			
Observação, se houver			
4 Em caso de mestrando(s), o texto foi produzido em coautoria com um mestre ou um doutor? (Sim, se houver pelo menos um mestre ou um doutor entre os autores)			x
CRITÉRIO DE REJEIÇÃO DA SUBMISSÃO			
Observação, se houver			
5 O(s) currículo(s) Lattes do(s) autor(es) está(ão) atualizado(s)? (Não, se pelo menos um dos autores não tiver o Lattes atualizado)	x		

6 O(s) autor(es) possui(em) titulação de doutor? (Não, se pelo menos um dos autores não possuir)		x	
Observação, se houver			
7 Em caso de coautoria, foi observado o limite máximo de quatro coautores?			x
CRITÉRIO DE REJEIÇÃO DA SUBMISSÃO			
Observação, se houver			
Quanto à forma			
8 O artigo foi apresentado em arquivo editável (extensão.doc/docx) de até 2MB?	x		
Observação, se houver			
9 O texto foi apresentado no <i>template</i> disponibilizado pela Revista?		x	
Observação, se houver			
10 O artigo tem, no mínimo, 20 e, no máximo, 25 páginas, desconsideradas as referências? As referências têm, no máximo, 5 páginas?	x		
Observação, se houver			
11 O(s) autor(es) anexou(aram), em arquivo separado, nas extensões .tif, .psd, .pdf ou .jpg e com resolução mínima de 300 Dpi, as ilustrações utilizadas no texto?		x	
Observação, se houver			
12 O(s) autor(es) informou(aram) todos os textos das ilustrações utilizadas: título e, se houver, subtítulo; fonte; nota; e legenda descritiva? (Não, se pelo menos os textos de uma ilustração não tiverem sido informados)		x	
Observação, se houver			
Legenda descritiva é um item novo nas regras de submissão, incluído como exigência para os autores nos artigos submetidos a análise, para possível publicação na edição 156 da RTCU. Solicitamos observar as recomendações do <i>Guia de editoração do TCU</i>, acessível na página da Revista (Submissão/Estrutura do artigo técnico-científico).			

13 No artigo, quadros e tabelas estão corretamente representados?			x
Observação, se houver			
Quanto ao conteúdo			
14 O antiplágio apontou percentual de suspeita de plágio ou texto gerado por IA superior a 20%?		x	
CRITÉRIO DE REJEIÇÃO DA SUBMISSÃO			
Observação, se houver			
15 O artigo aborda tema de interesse para a Revista? O autor indicou a área em que o artigo se insere?	x		
CRITÉRIO DE REJEIÇÃO DA SUBMISSÃO			
Observação, se houver			
Indicar, no OJS, área em que o artigo se insere.			
16 O tema abordado é recorrente?		x	
Observação, se houver			
17 O texto segue as orientações de padronização e normalização fixadas no <i>Guia de editoração do TCU</i> , quanto à utilização de:		x	
- negrito, itálico, sublinha, letra minúscula e maiúscula, aspas, hífen, travessão, parênteses, colchetes e barra; - numeração progressiva; - enumeração; - citação; - nota; - reduções; - texto legal?			
Observação, se houver			
Acessar o <i>Guia de editoração do TCU</i> e adequar itens.			
18 As referências citadas no artigo são representativas, atuais e abrangentes?		x	

Observação, se houver			
É recomendável incluir referências mais atuais sobre o tema (de 2020 em diante).			
19 O artigo tem relevância internacional?		x	
Observação, se houver			
Quanto à natureza			
20 O artigo tem natureza técnico-científica? O autor indicou se é artigo original, revisão de literatura ou ensaio teórico?		x	
Observação, se houver			
Indicar, no OJS, o tipo de artigo.			
Quanto à estrutura			
21 O artigo segue a estrutura de artigo científico adotada pela Revista, se artigo original ou revisão de literatura?		x	
Observação, se houver			
Ver template.			
22 O título e o subtítulo do artigo, se houver, é(são) atrativo(s), objetivo(s) e fiel(éis) ao conteúdo abordado?	x		
Observação, se houver			
Importante verificar que “o caso” do TCE/CE é ilustrativo. É apresentada apenas uma auditoria do TCE/CE. Atentar para recomendações do parecerista quanto aos três problemas apresentados, à sugestão de fonte de referência (Maria Paula Dallari Bucci) e a afirmações generalizadas, já que a atuação dos diversos tribunais brasileiros, de maneira geral, não foi pesquisada.			
23 O título e o subtítulo do artigo, se houver, contém(êm) palavra(s)-chave sobre o assunto tratado?	x		
Observação, se houver			
24 No resumo na língua vernácula, o(s) autor(es) apresenta(m), de forma concisa, objetivo/finalidade, metodologia, resultado, achado e conclusão do documento?		x	
Observação, se houver			
Ajustar com objetivo e questões de pesquisa apresentados na introdução do trabalho. Observar que se trata de uma perspectiva (título). Explicitar resultado/achado e verificar se os documentos e o			

caso do TCE/CE são representativos a ponto de permitirem que se chegue à conclusão generalizada exposta no resumo.			
25 Após o resumo, o(s) autor(es) apresenta(m) palavras-chave que refletem o principal tema ou conceito abordado no artigo, capturam a essência do estudo, abrangem diferentes aspectos da pesquisa e são reconhecidas e utilizadas no campo respectivo?		x	
Observação, se houver Rever e adequar ao trabalho efetivamente realizado.			
26 Na introdução do artigo, o(s) autor(es) faz(em) uma breve contextualização do tema de pesquisa e informa(m) problema de pesquisa; objetivo principal e objetivos secundários, se houver; e justificativa da pesquisa?		x	
Observação, se houver Parágrafos 7, 8, 9 e 10 devem ser retirados e colocados na seção de Metodologia. Incluir justificativa da pesquisa.			
27 Na revisão de literatura, o(s) autor(es) sintetiza(m) o conhecimento existente, analisa(m) criticamente os estudos anteriores, identifica(m) as lacunas na pesquisa existente e demonstra(m) como o estudo se insere no contexto da pesquisa existente?		x	
Observação, se houver Inserir seções conforme <i>template</i> e tipologia do artigo.			
28 O(s) autor(es) informa(m) a metodologia utilizada (quanto à natureza; ao propósito; à abordagem de pesquisa; aos procedimentos metodológicos; aos participantes ou à amostra; à validade e confiabilidade do instrumento de coleta, da técnica estatística, do software e do método de análise qualitativa utilizado; a consideração ética envolvida na pesquisa; a limitação metodológica que pode ser fonte de viés ou restringir a abordagem)?		x	
Observação, se houver			

Não há seção de Metodologia no artigo. É preciso que se explicita, detalhadamente, a metodologia em seção específica. Ver <i>template</i> e <i>Guia do autor</i> . Definir tipologia do artigo (se original ou revisão de literatura), para fazer as devidas adequações.			
29 O(s) autor(es) relaciona(m) o(s) resultado(s) da pesquisa?	x		
Observação, se houver Inserir seção de Resultados e discussão.			
30 O(s) autor(es) relaciona(m) o(s) achado(s) da pesquisa?	x		
Observação, se houver Incluir na Seção Resultados e discussão.			
31 Nas considerações finais, o(s) autor(es) resume(m) o(s) principal(is) resultado(s) e achado(s) da pesquisa, bem como menciona(m) a relevância desse(s) resultado(s) e achado(s) para o respectivo campo de conhecimento e tendência ou possibilidade de estudo futuro?		x	
Observação, se houver Ajustar conforme alterações realizadas nas seções anteriores.			
32 Há, no texto do artigo, informação que possibilita a identificação do(s) autor(es)?		x	
Observação, se houver			

RESPOSTA DA AUTORA À EDITORIA EXECUTIVA

Carta resposta – 18/9/2026

CARTA-RESPOSTA: 2148 ACEITE FINAL

À
Editoria Executiva da Revista do Tribunal de Contas da União
Prezados(as) Senhores(as),

Apresento, por meio desta carta-resposta, o aceite da versão final do artigo nº 2148, intitulado **“Extráfiscalidade e controle externo: perspectiva dos referenciais do TCU e caso do TCE/CE”**, bem como as informações solicitadas nos comentários inseridos no documento.

Inicialmente, peço desculpas pelo envio desta manifestação na madrugada do dia 18 de setembro de 2026. Não visualizei o comunicado em tempo hábil para encaminhar a resposta até o dia 17 de setembro. Considerando que a devolução está sendo realizada imediatamente após a ciência da mensagem, solicito, excepcionalmente, que esta carta-resposta seja recebida e que seja permitido o prosseguimento do artigo no fluxo editorial.

Realizei a última leitura do material e estou de acordo com os ajustes efetuados pela equipe da Revista. Em observância à orientação recebida, não fiz nenhuma intervenção diretamente no documento. Apresento, a seguir, as informações necessárias à solução das pendências indicadas.

1º Comentário:

“Orientação:

Neste campo, deve ser indicado um dos tipos relacionados a seguir.

- Artigo original
- Revisão de literatura
- Ensaio teórico”

Resposta: Artigo original.

2º Comentário:

“Orientação:

Neste campo, deve ser indicada uma das áreas relacionadas a seguir.

- Controle governamental
- Administração pública
- Direito público
- Contabilidade
- Finanças
- Auditoria
- Inovação no setor público”

Resposta: Controle governamental.

3º Comentário:

“Informar.”

Resposta: Extrafiscalidad y control externo

Perspectiva de los marcos de referencia del TCU y el caso del TCE/CE

4º Comentário:

“Orientação:

O resumo em língua estrangeira deve corresponder integralmente ao resumo em língua vernácula.”

Resposta: Este estudio tuvo como objetivo central investigar la relación entre la extrafiscalidad, como estrategia en la implementación de políticas públicas, y los mecanismos de control externo, haciendo hincapié en el papel del Tribunal de Cuentas de la Unión (TCU) en este contexto. De manera secundaria, buscó contribuir al debate sobre el perfeccionamiento de los instrumentos de control y la promoción de la rendición de cuentas en la administración pública. La investigación, de naturaleza básica y enfoque cualitativo, empleó el método deductivo y una revisión bibliográfica para analizar los criterios de referencia del TCU sobre el tema y un caso ilustrativo de auditoría realizada por el Tribunal de Cuentas del Estado de Ceará (TCE/CE), en la cual también se utilizó el método inductivo. Los resultados demostraron la contribución del TCU al seguimiento y la orientación del control de las políticas extrafiscales, mediante criterios objetivos y buenas prácticas de auditoría. Se identificó que, en una auditoría realizada entre 2019 y 2020, tras constatare nueve hallazgos de incumplimiento en materia de renuncias fiscales, el TCE/CE emitió determinaciones y recomendaciones cuyo cumplimiento se está llevando a cabo y monitoreando. Se concluyó que el control efectivo de las políticas extrafiscales, centrado en las exenciones y reducciones tributarias, requiere la participación de los tres poderes, de los entes federativos y de la sociedad civil para lograr una gestión más justa y transparente de los recursos públicos. Asimismo, se evidenció que la implementación y consolidación de estos controles son procesos que se desarrollan a medio y largo plazo. Por consiguiente, este estudio contribuye tanto a actualizar y ampliar el conocimiento sobre el tema como a fomentar nuevas investigaciones al respecto.

5º Comentário:

“Informar.”

Resposta: extrafiscalidad; políticas públicas; control externo; tribunales de cuentas; marcos de referencia del TCU; desgravaciones fiscales.

6º Comentário:

“Orientação:

O autor deve informar fonte de financiamento, apoio institucional, bolsa, auxílio ou outro mecanismo de fomento que contribuiu para o desenvolvimento do trabalho. Podem ser utilizados, dentre outros, os modelos de declaração relacionados a seguir.

- **Não se aplica** – quando o trabalho não recebeu recurso financeiro ou apoio institucional para sua realização.

‘Esta pesquisa não recebeu financiamento ou apoio específico de agência de fomento, instituição pública ou privada, empresa ou organização sem fins lucrativos.’

- **Existência de financiamento, bolsa ou apoio institucional** – quando houve concessão de recurso financeiro, bolsa, infraestrutura, acesso a dados, suporte técnico, recurso tecnológico ou outro apoio relevante.

‘Esta pesquisa recebeu apoio de [nome da instituição financiadora], na forma de [descrever financiamento, bolsa, infraestrutura, acesso a dado ou outro apoio], no âmbito de [programa, edital ou ação de fomento], processo [número]. A instituição financiadora/apoiadora participou de [descrever a etapa ou a atividade], especialmente em [planejamento, desenvolvimento, coleta de dados, análise ou outra atividade pertinente].’
ou ‘Esta pesquisa recebeu apoio de [nome da instituição financiadora], na forma de [descrever financiamento, bolsa, infraestrutura, acesso a dado ou outro apoio], no âmbito de [programa, edital ou ação de fomento], processo [número]. A instituição financiadora/apoiadora não participou da concepção da pesquisa, da análise dos resultados, da elaboração do manuscrito ou da decisão de submissão do trabalho.’

Resposta: Esta pesquisa não recebeu financiamento ou apoio específico de agência de fomento, instituição pública ou privada, empresa ou organização sem fins lucrativos.

7º Comentário:

“Orientação:

O autor deve informar a existência ou inexistência de conflito de interesses. Podem ser utilizados, dentre outros, os modelos de declaração relacionados a seguir.

- **Não se aplica** – quando não há relação ou circunstância que possa ter comprometido a independência do trabalho.
‘Declaro não possuir conflito de interesses relacionado ao desenvolvimento, aos resultados ou à publicação deste trabalho.’
- **Existência de conflito de interesses** – quando há vínculo, relação ou circunstância que pode ter influenciado o desenvolvimento ou a interpretação da pesquisa.
‘Declaro a existência de potencial conflito de interesses em razão de [descrever vínculo, relação ou circunstância], relacionado a [descrever relação com o objeto da pesquisa].’”

Resposta: Declaro não possuir conflito de interesses relacionado ao desenvolvimento, aos resultados ou à publicação deste trabalho.

8º Comentário:

“Orientação:

O autor deve informar se dado de pesquisa foi previamente disponibilizado, indicando, quando aplicável, nome de repositório, identificador digital, link de acesso e demais informações pertinentes. Deve ser informada condição de disponibilidade do dado, material, código, instrumento ou outro conteúdo utilizado na pesquisa. Podem ser utilizados, dentre outros, os modelos de declaração relacionados a seguir.

- **Não se aplica** – quando a pesquisa não envolve geração, coleta ou análise de dados.
‘O compartilhamento de dados não se aplica a este trabalho, pois nenhum dado novo foi criado ou analisado.’
- **Dados incluídos no artigo** – quando os dados necessários à compreensão dos resultados estão no artigo ou em material complementar.
‘Os dados necessários à compreensão dos resultados desta pesquisa estão disponíveis no próprio trabalho e/ou em seu material complementar.’
- **Existência de dados em repositório** – quando os dados estão abertos e foram depositados em repositório confiável.
‘Os dados que suportam os resultados deste estudo estão disponíveis em [nome do repositório], com DOI: [inserir DOI], podendo ser acessados por meio do link: [informar URL].’

- **Disponível mediante solicitação** – quando os dados não estão depositados em repositório público, mas podem ser fornecidos pelo autor mediante solicitação. ‘Os dados que suportam os resultados deste estudo estão disponíveis mediante solicitação ao autor correspondente.’

- **Acesso restrito** – quando há limitação legal, ética, institucional ou contratual para disponibilização pública dos dados. ‘Os dados utilizados nesta pesquisa possuem acesso restrito em razão de [indicar justificativa], observadas as condições aplicáveis para acesso e reutilização.’

- **Sob responsabilidade de terceiros** – quando os dados pertencem ou estão sob custódia de outra instituição. ‘Os dados utilizados nesta pesquisa estão sob responsabilidade de [nome da instituição responsável]. O acesso está condicionado às regras e às autorizações estabelecidas pela instituição detentora.’”

Resposta: O compartilhamento de dados não se aplica a este trabalho, pois nenhum dado novo foi criado ou analisado.

9º Comentário:

“Orientação:

O autor deve informar, quando aplicável, a aprovação de pesquisa por comitê de ética em pesquisa ou instância equivalente. Podem ser utilizados, dentre outros, os modelos de declaração relacionados a seguir.

- **Não se aplica ou não exige aprovação ética** – quando a pesquisa não envolve procedimento, dado ou participante sujeito a avaliação ética ou quando, embora envolva elementos que poderiam demandar análise ética, a natureza da pesquisa dispensa a aprovação por comitê ou instância ética competente. ‘Esta pesquisa não envolve procedimento, dado ou participante que exige aprovação ética ou, por sua natureza, não está sujeita a aprovação por comitê ou instância ética competente.’

- **Pesquisa aprovada por comitê ou instância ética competente** – quando a pesquisa foi submetida a órgão responsável por avaliação ética e foi aprovada previamente por ele. ‘Esta pesquisa foi aprovada por [nome do comitê ou instância ética competente], conforme parecer/autorização [número], emitido em [data].’

- **Pesquisa com utilização de dado secundário ou base existente** – quando foi utilizado dado, documento ou base previamente constituída, observados os requisitos éticos e legais aplicáveis.

‘Esta pesquisa utilizou dado secundário proveniente de [identificar fonte/base], observadas as normas éticas, legais e institucionais aplicáveis.’

- **Pesquisa com participação direta de pessoa** – quando houve participação direta de pessoa e obtenção de consentimento, observados os procedimentos éticos aplicáveis. ‘Os participantes da pesquisa foram informados sobre os objetivos do estudo e manifestaram consentimento para participação, conforme procedimentos éticos aplicáveis.’

Resposta: Esta pesquisa não envolve procedimento, dado ou participante que exige aprovação ética ou, por sua natureza, não está sujeita a aprovação por comitê ou instância ética competente.

10º Comentário:

“Orientação:

O autor deve informar se o manuscrito foi previamente disponibilizado em servidor de preprints, indicando, quando aplicável, nome do repositório, identificador digital, link de acesso e demais informações pertinentes. Podem ser utilizados, dentre outros, os modelos de declaração relacionados a seguir.

- **Não se aplica** – quando o trabalho não foi disponibilizado previamente em servidor ou plataforma de preprints. ‘Este trabalho não foi disponibilizado previamente em servidor ou plataforma de preprints.’

- **Existência de versão em preprint** – quando o trabalho foi disponibilizado previamente em servidor ou plataforma de preprints. ‘Uma versão preliminar deste trabalho foi disponibilizada previamente na plataforma [nome da plataforma de preprint], sob o identificador [DOI ou outro identificador persistente], podendo ser acessada por meio do link: [link]. A versão submetida/publicada deste trabalho apresenta atualização em relação ao preprint anteriormente disponibilizado, incluindo [descrever principais alterações, quando pertinente].’ ou “Uma versão preliminar deste trabalho foi disponibilizada previamente na plataforma [nome da plataforma de preprint], sob o identificador [DOI ou outro identificador persistente], podendo ser acessada por meio do link: [link]. Este trabalho corresponde à versão revisada e publicada do manuscrito anteriormente disponibilizado.”

Resposta: Este trabalho não foi disponibilizado previamente em servidor ou plataforma de preprints.

11º Comentário:

“Orientação:

O autor deve declarar eventual utilização de ferramenta de inteligência artificial na elaboração do manuscrito e especificar a finalidade do uso. Ferramenta de inteligência artificial não pode ser indicada como autora de trabalho. Podem ser utilizados, dentre outros, os modelos de declaração relacionados a seguir.

- **Não se aplica** – quando nenhuma ferramenta de inteligência artificial generativa foi utilizada no desenvolvimento do trabalho.

"Não foi utilizada ferramenta de inteligência artificial generativa no desenvolvimento deste trabalho."

- **Uso de inteligência artificial generativa como apoio à redação ou revisão textual**

– quando foi utilizada ferramenta de inteligência artificial para auxiliar na organização, no desenvolvimento, no aprimoramento ou na revisão da linguagem do texto ou para a produção ou o processamento de elementos utilizados na pesquisa.

"Foi utilizada ferramenta de inteligência artificial generativa, especificamente [nome da ferramenta], para [descrever a finalidade], sem substituição da análise crítica e da responsabilidade integral do autor pela versão final do trabalho publicado."

Resposta: Não foi utilizada ferramenta de inteligência artificial generativa no desenvolvimento deste trabalho.

Renovo o pedido para que a presente carta-resposta seja recebida, apesar do envio ocorrido nas primeiras horas do dia 18 de setembro de 2026, possibilitando o prosseguimento do trabalho para apreciação do Conselho Editorial.

Agradeço à Editoria Executiva pela atenção, pela cuidadosa revisão do texto e pela oportunidade de solucionar as pendências indicadas.

Atenciosamente,
Autora do artigo nº 2148